

Atuação docente no contexto socioeducativo: revisão integrativa da literatura brasileira

Gustavo Fernandes Scalvi^I  

Camila Domeniconi^{II}  

Resumo

O Brasil apresenta avanços legais nos cuidados à criança e ao adolescente, especialmente a partir do paradigma de proteção integral; contudo, persistem inúmeras problemáticas no sistema de medidas socioeducativas que o afastam de um ideal eminentemente pedagógico. Este estudo buscou mapear e analisar a produção científica acerca da atuação docente no contexto socioeducativo. Realizou-se revisão integrativa da literatura nas bases SciELO, BVS e Periódicos CAPES. Foram incluídos 17 artigos, organizados em três grupos: formação e preparação para o trabalho, principais desafios enfrentados e estratégias e recursos adotados. Os resultados revelam crescimento de publicações sobre a temática nos últimos anos, aliada à diversidade de autores e periódicos; preferência a delineamentos qualitativos, sobretudo entrevista e grupos focais; e concentração das investigações na medida de internação. A discussão foi orientada pelo comparativo com prerrogativas legais, sendo observado que as principais problemáticas estão relacionadas ao desenvolvimento de políticas específicas, às condições adequadas de trabalho e à formação inicial e continuada; enquanto os maiores potenciais estão na concretização da educação enquanto mecanismo de (re)inserção social e no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e específicas à socioeducação.

Palavras-chave: docência; medidas socioeducativas; socioeducação.

^I Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo, Brasil.
E-mail: gustavo.fscalvi@gmail.com

^{II} Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Professora adjunta do Departamento de Psicologia do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo, Brasil.
E-mail: domeniconicamila@gmail.com

Teachers' role in the socio-educational context: integrative review of brazilian literature

Abstract

Brazil has made legal advances in the care of children and adolescents, particularly grounded in the integral protection paradigm; however, numerous problems persist in the system of socio-educational measures, distancing it from an eminently pedagogical ideal. This study sought to map and analyze the scientific literature concerning teachers' role in the socio-educational context. An integrative literature review was conducted in the SciELO, BVS, and Periódicos CAPES databases. Seventeen articles were included and organized into three groups: teacher training and preparation, main challenges faced, and strategies and resources adopted. The results indicate a recent increase in publications on the topic, along with a diversity of authors and journals; a preference for qualitative designs, especially interviews and focus groups; and a concentration of investigations on juvenile detention measures. The discussion was guided by a comparison with legal frameworks, revealing that the main problems are related to the development of specific policies, adequate working conditions, and initial and continuing education, whereas the main potentials lie in the consolidation of education as a mechanism for social (re)integration and in the development of innovative pedagogical practices specific to socio-education.

Keywords: teaching; socio-educational measures; socio-education.



Atuación docente en el contexto socioeducativo: revisión integrativa de la literatura brasileña

Resumen

Brasil presenta avances legales en la protección de niños y adolescentes, especialmente en el marco del paradigma de la protección integral; sin embargo, persisten importantes problemáticas en el sistema de medidas socioeducativas, lo que lo aleja de un ideal predominantemente pedagógico. Este estudio tuvo como objetivo mapear y analizar la producción científica sobre la actuación docente en contextos socioeducativos. Se realizó una revisión integrativa de la literatura en las bases de datos SciELO, BVS y Periódicos CAPES. Se incluyeron 17 artículos, organizados en tres categorías: formación y preparación docente, principales desafíos enfrentados y estrategias y recursos adoptados. Los resultados evidencian un aumento reciente de las publicaciones sobre la temática, junto con la diversidad de autores y revistas; un predominio de diseños cualitativos, especialmente entrevistas y grupos focales; y una concentración de los estudios en medidas de privación de libertad. La discusión se orientó a partir de la comparación con los marcos legales, observándose que las principales problemáticas se relacionan con el desarrollo de políticas públicas específicas, las condiciones adecuadas de trabajo y la formación inicial y continua del profesorado, mientras que los mayores potenciales se encuentran en el fortalecimiento de la educación como mecanismo de (re)inserción social y en el desarrollo de prácticas pedagógicas innovadoras y específicas de la socioeducación.

Palabras clave: docencia; medidas socioeducativas; socioeducación.



Introdução

Este artigo se insere na intersecção entre Educação e Políticas Públicas e tem como foco analisar a docência em espaços socioeducativos do Brasil. Para tanto, ampara-se no diálogo entre a literatura científica e os documentos oficiais que orientam a socioeducação no país, e assume como prerrogativas o paradigma de proteção integral e a centralidade da função eminentemente pedagógica da medida socioeducativa. A doutrina da proteção integral, fundamentada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), é um marco histórico na legislação brasileira. Concretiza o estabelecido no artigo 227 da Constituição Federal (Brasil, 1988) e dota a criança e adolescente enquanto sujeitos de direitos, considerando sua situação peculiar de pessoas em desenvolvimento e tendo prioridade absoluta (Brasil, 2023), garantindo assim direitos fundamentais, sem discriminação ou distinção, referentes à vida e saúde, liberdade, respeito e dignidade, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte e lazer, e profissionalização; sendo dever da família, comunidade, sociedade e poder público assegurarem seu acesso e efetivação (Brasil, 1990).

Diante de atos contrários à legislação penal essa condição é considerada e, portanto, direcionam-se processos de responsabilização compatíveis à faixa etária: considerando a criança enquanto a pessoa até doze anos incompletos e adolescente aquele entre doze e dezoito anos (Brasil, 1990), aplicam-se medidas protetivas ao primeiro e medidas socioeducativas ao segundo grupo (Brasil, 2023), que devem levar em consideração a capacidade de cumprimento, gravidade da infração e as circunstâncias envolvidas, sendo terminantemente proibido o trabalho forçado e garantidas condições especiais aos portadores de deficiência; além de sua imposição estar condicionada à existência suficiente de provas e a materialidade da infração (Brasil, 1990).

São listadas, no artigo 112 do ECA, seis principais medidas socioeducativas: I) Advertência (admoestação verbal); II) Obrigação de reparar dano (restituição



de valor econômico ou patrimonial); III) Prestação de serviços à comunidade (tarefas gratuitas de interesse geral); IV) Liberdade assistida (acompanhamento, auxílio e orientação por parte de profissional especializado); V) Inserção em regime de semiliberdade (privação parcial de liberdade, sendo possível a realização de atividades externas, como escolarização e profissionalização); e VI) Internação em estabelecimento educacional (privação total de liberdade) (Brasil, 1990). Comumente classificam-se entre medidas de meio aberto e meio fechado, sendo o segundo grupo composto pelas situações em que há restrição ou privação de liberdade.

O ECA, ao se pautar na proteção integral e ao definir um modelo específico de responsabilização dos adolescentes, cria as condições para a formulação da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil, 2023). Para tanto, foi instituído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), aprovado na Resolução nº 119 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) (Brasil, 2006) e efetivamente implantado pela Lei Federal nº 12.594 (Brasil, 2012). O SINASE fundamenta três pilares dos objetivos da medida socioeducativa: I) responsabilização, II) integração social e garantia de direitos, e III) desaprovação da conduta infracional (Brasil, 2012); em suma, visa constituir parâmetros e procedimentos mais objetivos e justos, garantindo a defesa e promoção dos direitos do adolescente, orientando-o através de uma noção eminentemente pedagógica.

Considerando o direito básico e fundamental à educação, o Ministério da Educação elaborou as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (Brasil, 2016), que trazem em seu artigo 4º os princípios: prevalência da dimensão educativa; escolarização enquanto instrumento de reinserção social; progressão com qualidade; investimento em experiências de aprendizagem social e desenvolvimento progressivo; aplicação de estratégias pedagógicas adequadas ao contexto; prioridade nas políticas educacionais; e reconhecimento da singularidade e diferenças, valorizando as identidades e enfrentando toda



forma de discriminação e violência. A oferta, qualificação e consolidação do atendimento escolar devem ser realizadas em colaboração pelas diferentes entidades governamentais e instituições de ensino (Brasil, 2016). No caso do adolescente em privação de liberdade a escola deve ser ofertada dentro da própria instituição; nas demais situações o adolescente deve frequentar a escola regular da rede pública de ensino.

Embora legalmente apresentem-se inúmeros avanços nos cuidados à infância e juventude e uma ressignificação do olhar sobre o adolescente que pratica um ato infracional, o contexto socioeducativo ainda se revela extremamente problemático. O Relatório Anual do SINASE (Brasil, 2023) registrou, com base no dia 30 de junho de 2023, 11.556 adolescentes em cumprimento de medidas de restrição ou privação de liberdade, sendo 63,8% negros (pardos e pretos), 95,6% do gênero masculino, e 19,1% com renda familiar de até 1 salário-mínimo; com relação ao ato infracional, destacam-se roubo, tráfico e homicídio doloso. Apesar do documento revelar a falta de dados completos de todo território nacional, os marcadores sociais dominantes apontam assimetrias que contradizem o princípio da não discriminação e traçam um perfil do adolescente em restrição ou privação de liberdade do país.

Outros desafios que permanecem são, com relação aos adolescentes: maus tratos e tortura (Brasil, 2023), reincidência (Brasil, 2019), abuso de substâncias (Komatsu; Bono; Bazon, 2021), crenças depreciativas e condenatórias que aproximam à ideia de periculosidade (Cunha; Oliveira; Branco, 2020) e aplicação de ações mais punitivas que protetivas (Bonatto; Fonseca, 2020). Com relação aos profissionais que atuam no âmbito socioeducativo: condições precárias de trabalho (Brasil, 2023), necessidade de aperfeiçoamento de políticas públicas (Bonatto; Fonseca, 2020) e demanda de aumento de capacitações e formações para utilização de ferramentas específicas ao contexto (Alberto *et al.*, 2021). Além de problemas gerais: sofrimento mental de adolescentes e trabalhadores em função da institucionalização (Robert *et al.*, 2022) e impactos decorrentes da pandemia de Covid-19 (Brasil, 2023; Silva; Uziel; Hernández, 2023).



A escola, envolvida neste cenário entre desafios e possibilidades, encontra-se em uma dupla posição: se por um lado é o principal instrumento de reinserção social (Brasil, 2016), é por outro o cerne de problemáticas consagradas. Em meio fechado, revelam-se significativa quantidade (cerca de 10,2%) de adolescentes sem frequentar a escola e pouca evolução educacional dos atendidos (Brasil, 2023), problemas de segurança e falta de articulação e acompanhamento externo (Padovani; Ristum, 2013); em meio aberto, sobressaem-se dificuldades de inserção e permanência escolar (Morais; Ferreira, 2019; Seabra; Oliveira, 2017), além de insuficiência de estratégias pedagógicas e comunicação falha entre agentes escolares e socioeducativos (Seabra; Oliveira, 2017). De modo geral, evidencia-se um quadro de inamistividade entre a escola e o adolescente, fruto de problemáticas históricas e sociais (Cunha; Dazzani, 2016).

Considerando os avanços legais, a persistência das problemáticas listadas, e principalmente a necessidade de um olhar eminentemente pedagógico sobre a medida socioeducativa, cabe indagar sobre a posição específica ocupada pelo professor nesse contexto. Deste modo, buscou-se no presente estudo a realização de uma revisão integrativa de literatura, com objetivo de mapear e analisar a atuação docente no contexto socioeducativo brasileiro.

Método

Revisão integrativa de literatura baseada nas fases estabelecidas por Souza, Silva e Carvalho (2010): 1) elaboração da pergunta norteadora, 2) busca na literatura, 3) coleta de dados, 4) análise crítica dos estudos incluídos, 5) discussão dos resultados, e 6) apresentação da revisão integrativa. Contou-se também com auxílio das diretrizes PRISMA 2020 (Page *et al.*, 2021), sendo o Flow Diagram para a etapa 2 e o Checklist para reportar a revisão, ambos adaptados considerando o método de revisão integrativa.

A questão norteadora foi: “Quais são as evidências publicadas sobre a atuação docente no contexto brasileiro da socioeducação?” (Fase 1). A busca na literatura foi realizada em junho de 2024 nas bases de dados SciELO, BVS e Portal



de Periódicos CAPES. Adotou-se a combinação de descritores e operadores booleanos: [(“medida socioeducativa” OR “Medidas socioeducativas” OR “socioeducação”) AND (docente* OR professor*)], e os seguintes critérios de inclusão: artigos científicos, com disponibilidade de texto completo, publicados em revistas brasileiras em qualquer ano, que tivessem objetivos relacionados a investigar a atuação docente no contexto socioeducativo brasileiro; e de exclusão: publicados em revistas com nota C ou sem avaliação na classificação Qualis CAPES 2017-2020, ou em idioma diferente do português, inglês ou espanhol (Fase 2).

Para a coleta de dados os artigos eleitos foram fichados e catalogados de acordo com material previamente desenvolvido, dividido em três etapas: 1) caracterização geral (título, autores e ano de publicação), 2) caracterização do periódico (título, classificação no Qualis CAPES 2017-2020 e área mãe), e 3) caracterização metodológica (objetivos, delineamento do estudo, características da amostra, local de realização, tipo de medida socioeducativa avaliada, e resultados gerais encontrados). Em seguida, de acordo com os objetivos e resultados apresentados, cada trabalho foi classificado e apresentado entre uma de três temáticas, sendo: 1) Formação e preparação docente para o trabalho na socioeducação, 2) Principais desafios enfrentados na atuação docente na socioeducação, e 3) Estratégias e recursos para a concretização de um bom trabalho docente na socioeducação (Fases 3 e 4).

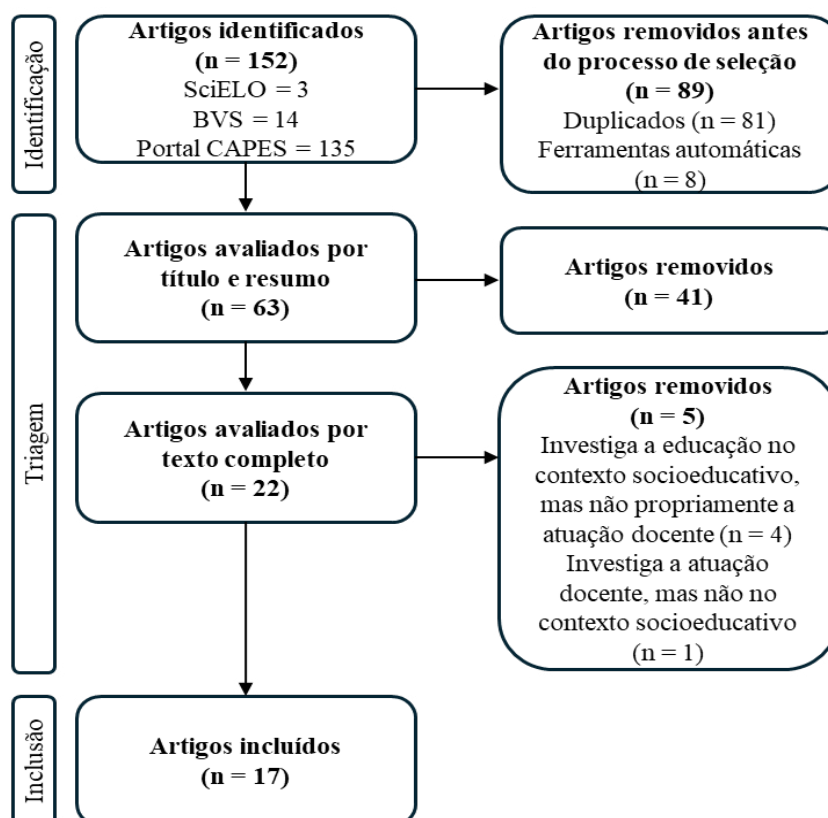
Por fim, discutem-se os principais resultados encontrados de modo a relacioná-los com as prerrogativas legais (Brasil, 1990, 2012, 2016) e os dados obtidos no último Levantamento Anual do SINASE (Brasil, 2023), destacando, na visão docente, os principais desafios persistentes à socioeducação e as estratégias desenvolvidas visando superar esse quadro e construir uma educação de qualidade (Fase 5).



Resultados

A Figura 1 apresenta as etapas seguidas para a busca na literatura. Inicialmente, somando os resultados das três bases investigadas, foram identificados 152 artigos, sendo 81 duplicados e 8 excluídos a partir das ferramentas automáticas (indisponibilidade do texto completo ou publicados em idioma diferente dos incluídos). Em seguida, 63 artigos foram analisados a partir de seu título e resumo, resultando na remoção de 41 por não se enquadrarem no tema de interesse. Por fim, 22 foram lidos integralmente, excluindo-se mais 5 em função de a) investigar e discutir a educação no âmbito socioeducativo, mas não propriamente a atuação docente, ou b) investigar e discutir a atuação do docente, mas não propriamente no âmbito socioeducativo. Como corpus final, 17 artigos foram incluídos na análise, dispostos no Quadro 1.

Figura 1 - Organização da busca na literatura



Fonte: Elaborado pelos autores.



Nenhuma autoria se repetiu em qualquer publicação, totalizando 38 autores diferentes. Com relação ao período, observou-se um intervalo compreendendo 20 anos (2005-2024), sendo maioria (82,4%, n = 14) nos últimos 10 anos (2015-2024) e 2019 e 2023 os anos com o maior número de publicações (17,6%, n = 3). Também não houve a repetição de nenhuma revista, apesar de se notar domínio de periódicos concentrados na área da Educação (58,8%, n = 10), seguidos por Psicologia (17,6%, n = 3), Ensino (11,8%, n = 2) e História e Interdisciplinar, com um título cada. Por fim, a partir da classificação Qualis CAPES dos periódicos, 41,2% (n = 7) dos artigos foram publicados em revistas A1 ou A2, seguidos de 29,4% (n = 5) em A3 ou A4 e 29,4% (n = 5) em B1 ou B2.

Quadro 1 - Artigos incluídos

	Autor(a)(es/as)	Ano	Periódico	Área (Qualis)
1	Martins, Catozzi, Sayegh & Bariani	2005	Psicologia Escolar e Educacional	Psicologia (A2)
2	Cella & Camargo	2009	Educação & Sociedade	Educação (A1)
3	Rocha, Silva & Costa	2010	Pesquisas e Práticas Psicossociais	Psicologia (A3)
4	Moreira, Melgaço, Albuquerque, Rocha & Ribeiro	2015	Psicologia em Revista	Psicologia (A2)
5	Olic	2017	Educação e Pesquisa (USP)	Educação (A1)
6	Arruda & Figueiredo	2018	ComCiência	Educação (B2)
7	Souza & Onofre	2019	Reflexão e Ação	Educação (A3)
8	Nunes & Moura	2019	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	Educação (A1)
9	Pereira, Silva & Caliman	2019	Revista de Educação ANEC	Educação (B1)
10	Furtado & Paixão	2020	Dialogia	Educação (A4)
11	Conceição	2020	Revista Prática Docente	Ensino (B1)
12	Bisinoto	2022	Em Aberto	Educação (A2)
13	Defelippe	2022	Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica	Educação (A4)
14	Ribeiro & Miranda	2023	Vozes, Pretérito & Devir	História (B1)

(Continua)



(Continuação)

15	Lago, Souza & Santos	2023	Contribuciones a Las Ciencias Sociales	Interdisciplinar (A4)
16	Hashizume & Pedrosa	2023	Cadernos de Pós-Graduação	Educação (B1)
17	Maluche & Barros	2024	Caderno Pedagógico	Ensino (A2)

Fonte: Elaborado pelos autores

No Quadro 2 são apresentadas as principais características metodológicas dos estudos analisados. A maioria foi realizada a partir de delineamento qualitativo (70,6%, n = 12), sendo que apenas um (5,9%) trabalho contou também com coleta quantitativa. Os principais instrumentos utilizados foram a entrevista (29,4%, n = 5) e a realização de grupos ou oficinas (29,4%, n = 5), seguidas de observação (23,5%, n = 4) e análise bibliográfica/documental (23,5%, n = 4). A internação foi a medida socioeducativa investigada em 76,5% (n = 13) dos trabalhos, sendo registrados apenas um (5,9%) estudo no contexto de liberdade assistida e um (5,9%) de semiliberdade. Com relação ao local de coleta dos dados, a região Sudeste abrigou 47% (n = 8) da amostra, sendo maioria no estado de São Paulo (35,3%, n = 6), seguida da região Nordeste (17,6%, n = 3), Norte (11,8%, n = 2) e Centro-Oeste (5,9%, n = 1); não foram encontrados registros provenientes da região Sul. Conforme os objetivos e resultados apresentados, os artigos foram classificados, sendo 35,3% (n = 6) relativos a investigações sobre a formação e preparação, 41,2% (n = 7) sobre desafios enfrentados e 23,5% (n = 4) apresentam estratégias e recursos.



Quadro 2 – Principais características metodológicas

	Delineamento	Instrumentos/Ferramentas	Medida Socioeducativa	Estado	Classificação
1	Quanti-qualitativo	Questionário	Liberdade Assistida	SP	Desafios
2	Qualitativo	Entrevista	Internação	SP	Desafios
3	Qualitativo	Observação, entrevista, grupo focal	Internação	AM	Formação
4	Teórico	Análise teórica	Semiliberdade	MG	Desafios
5	Teórico	Própria atuação	Internação	SP	Desafios
6	Bibliográfico	Bibliográfico/Documental	Todas	Todos	Formação
7	Estudo de caso (Qualitativo)	Observação	Internação	SP	Desafios
8	Qualitativo	Observação participativa, análise de oficinas	Internação	PI	Formação
9	Qualitativo	Grupo focal	Internação	DF	Formação
10	Qualitativo	Observação participativa, entrevista	Internação	AP	Desafios
11	Qualitativo	Entrevista	Internação	SP	Desafios
12	Bibliográfico	Bibliográfico/Documental	Todas	Todos	Formação
13	Relato de experiência (Qualitativo)	Própria atuação	Internação	RJ	Estratégias
14	Qualitativo	Entrevista	Internação	PE	Formação
15	Qualitativo	Bibliográfico/Documental, Grupos de Trabalho e de Discussão	Internação	BA	Estratégias
16	Relato de experiência (Qualitativo)	Rodas de conversa	Internação	SP	Estratégias
17	Qualitativo	Análise de transcrições de reuniões	Internação	não informado	Estratégias

Fonte: Elaborado pelos autores. A numeração dos artigos corresponde ao Quadro 1. A coluna *classificação* foi elaborada com base em análise dos autores, demais dados provenientes de informações dos artigos analisados.



Formação e preparação docente para o trabalho na socioeducação

[Artigos: 3 (Rocha; Silva; Costa, 2010), 6 (Arruda; Figueiredo, 2018), 8 (Nunes; Moura, 2019), 9 (Pereira; Silva; Caliman, 2019), 12 (Bisinoto, 2022) e 14 (Ribeiro; Miranda, 2023)]

Com o objetivo de analisar a formação de professores para o trabalho socioeducativo, os trabalhos de Arruda e Figueiredo (2018) e Bisinoto (2022) destacam, a partir de análise bibliográfica, avanços importantes no plano legal para elaboração e condução de políticas eminentemente pedagógicas ao público da socioeducação, principalmente pela promulgação das Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (Brasil, 2016) e da fundação da Escola do SINASE (Brasil, 2015). Entretanto, apresentam conclusões similares ao destacar a falta de materialização em programas e ações, principalmente ao considerar as limitações dos cursos de formação inicial e continuada de professores. Como resultado deste processo, formam-se profissionais despreparados e sem conhecimentos específicos ao contexto particular de atendimento socioeducativo.

O artigo de Pereira, Silva e Caliman (2019) investiga, a partir da realização de um grupo focal, a percepção de professores sobre a importância dos princípios da Educação Social para as práticas pedagógicas na socioeducação. Além de sinalizar convergências entre as práticas do educador social e a socioeducação, os autores evidenciam a necessidade de aprofundamento da temática pelo corpo docente em sua formação, exemplificado em dois pontos: permitir que o profissional compreenda seu papel enquanto agente de transformação social; e desenvolver habilidades de lidar e conhecer a adolescência, seus significados, características e complexidades.

Rocha, Silva e Costa (2010) obtêm resultados parecidos ao analisar a percepção dos próprios profissionais sobre sua preparação profissional e acadêmica para o trabalho em unidades de internação. A singularidade do



processo educativo nesse contexto elucidada, na visão dos docentes, a noção de que a formação acadêmica não fornece preparo suficiente, evidenciado pelo desconhecimento da instituição, de seu funcionamento e do público atendido, gerando apreensão, insegurança, medo e até mesmo a recusa em trabalhar na instituição. Os participantes também comentam sobre a aprendizagem profissional ser adquirida na prática, desenvolvendo habilidades como: ser observador, ter comprometimento e disposição, e estar preparado para reconhecer as intenções dos adolescentes.

O desenvolvimento de uma formação própria a partir da experiência também aparece nos estudos de Nunes e Moura (2019) e Ribeiro e Miranda (2023). No primeiro, as autoras destacam a importância da dupla função pesquisa-formação ao avançar o conhecimento de forma colaborativa e propiciar a autoformação profissional, uma vez que a experiência se torna conhecimento e competências não construídos em outros espaços. No segundo, entrevistas realizadas com professores de história apontam a importância da interação e intercâmbio entre docentes e discentes para a construção de sua atuação profissional. Assim, a preparação formativa envolve não apenas aspectos formais de ensino, mas sobretudo considerar, no espaço escolar, dinâmicas de ocupação, condições físicas, oferta de materiais, tempo, situações de trabalho e bem-estar, ou seja, elaborar saberes “nos ‘pavilhões’ e apesar dos ‘pavilhões” (Ribeiro; Miranda, 2023, p. 280).

Desafios enfrentados na atuação docente na socioeducação

[Artigos: 1 (Martins *et al.*, 2005), 2 (Cella; Camargo, 2009), 4 (Moreira *et al.*, 2015), 5 (Olic, 2017), 7 (Souza; Onofre, 2019), 10 (Furtado; Paixão, 2020) e 11 (Conceição, 2020)]

As limitações da formação apresentadas formam por si só um dos principais desafios enfrentados na atuação docente. Poucos conhecimentos e preparos, além da ausência de incentivos e investimentos são temas recorrentes em diversos outros trabalhos (Cella; Camargo, 2009; Furtado; Paixão, 2020;



Martins *et al.*, 2005). Sentimento de culpa, sensação de fracasso, fragmentação do trabalho e ausência de caminhos e perspectivas são alguns dos relatos encontrados nas entrevistas de educadoras na internação no trabalho de Cella e Camargo (2009).

Outros desafios encontrados na internação são: os próprios docentes enquanto alvo de exclusão e preconceito por pares ao estarem fora da instituição (Cella; Camargo, 2009); necessidade constante de reorganizar metodologias e planejamentos em virtude do desinteresse dos alunos em função da privação de liberdade, e a inferiorização da prática escolar em detrimento das ações de segurança (Souza; Onofre, 2019); as limitações das classes multisseriadas, a defasagem escolar, o uso restrito de materiais e a rotatividade de alunos (Conceição, 2020); e a posição complexa vivenciada pelo professor, assumindo um lugar arriscado, de ora operar de acordo com as lógicas institucionais e distanciar-se dos adolescentes, ora passar dos limites de envolvimento e atuar totalmente conforme a vontade desses (Olic, 2017).

Nos casos dos trabalhos que investigaram o contexto de atuação com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e semiliberdade e, portanto, na escola regular, acrescentam-se novos desafios: dificuldades de frequência dos estudantes em virtude de desmotivação, conflitos com os educadores, problemas na comunidade e falta de tempo (Moreira *et al.*, 2015); preconceito social e expectativas negativas dos professores com relação aos adolescentes, assumindo ideias deles serem diferentes dos demais: “inseguros, agressivos, revoltados, com grande necessidade de chamar atenção, além de pertencentes a um ambiente familiar problemático” (Martins *et al.*, 2005, p. 122); e, em alguns casos, os docentes considerarem uma superproteção do ECA e falta de responsabilização dos adolescentes (Moreira *et al.*, 2015).



Estratégias e recursos relevantes ao trabalho docente na socioeducação

[Artigos: 13 (Defelippe, 2022), 15 (Lago; Souza; Santos, 2023), 16 (Hashizume; Pedrosa, 2023) e 17 (Maluche; Barros, 2024)]

Os artigos de Defelippe (2022) e Hashizume e Pedrosa (2023) são relatos de experiências de atividades desenvolvidas por professores em contexto escolar de privação de liberdade. No primeiro, sob a perspectiva autobiográfica, discutem-se processos de identificação e representação de papéis sociais a partir do relato de uma prática desenvolvida pela docente no primeiro dia de aula, de modo a encontrar similaridades e diferenças entre os alunos, afastando-os do estigma de infrator. O segundo artigo apresenta um projeto de alfabetização e sua importância para, muito além da apropriação dos símbolos, transformar os estudantes no sentido de torná-los cidadãos ativos e conscientes, protagonistas de suas próprias histórias e, por conseguinte, na construção e (re)elaboração de planos de vida. Ambos os trabalhos enfatizam o papel central e fundamental do professor.

Maluche e Barros (2024, p. 2) orientam-se pela Análise Crítica do Discurso ao examinar transcrições de reuniões de estudos do corpo educativo de uma unidade de internação. As autoras sublinham a mudança qualitativa nas práticas discursivas a partir do processo de aprendizagem: passagem de visões atreladas a campos semânticos negativos e reprodução da ordem social vigente para rupturas e materialização de mudanças em prol do desenvolvimento de ideais de emancipação humana e consciência revolucionária, cristalizados em “traços sócio-discursivos de (re)posicionamento social, orientados para a instauração de uma socioeducação no viés de uma educação social emancipatória”.

O estudo de Lago, Souza e Santos (2023) alia pesquisa documental e bibliográfica à formação de grupos de trabalho com equipe pedagógica e grupos de discussão com alunos, de forma a construir conjuntamente uma proposta curricular específica. Com o objetivo de elaborar um currículo emancipador, libertador e cidadão, os autores apresentam uma proposta de aperfeiçoamento



da matriz curricular e da carga horária para a Educação de Jovens e Adultos no contexto da socioeducação em privação de liberdade. Dentre as principais contribuições, destaca-se a oferta de disciplinas diversificadas, trabalhadas de forma transversal e transdisciplinar, como: protagonismo juvenil, projeto de vida, educomunicação e mundo do trabalho.

Discussão

Para atingir os objetivos propostos, a adoção do método de revisão integrativa de literatura apresentou-se enquanto uma importante ferramenta que, diante do crescente aumento da produção científica, permite resumir pesquisas anteriores por meio de conclusões gerais (Broome, 2000), além de possibilitar a inclusão de diversas metodologias na análise de modo a fornecer uma compreensão mais abrangente do fenômeno investigado (Whittemore; Knafl, 2005). No campo educacional, contempla especiais objetivos ao aprofundar a compreensão da área ou objeto de estudo, sistematizar a produção científica a partir de um procedimento com rigor metodológico, auxiliar no surgimento de novas ideias e verificar a expressão da abordagem qualitativa nos estudos, considerando que além de quantificá-los, sobretudo os analisa (Rodrigues; Sachinski; Martins, 2022).

No tocante ao corpus encontrado, o número de artigos incluídos revela, por si só, um dado interessante sobre a atenção que a atuação docente no contexto socioeducativo tem recebido. Em análise do Quadro 1, nota-se que grande parte dos estudos foram publicados nos últimos anos: dos 17 iniciais, 14 foram publicados após o ano de 2015 e 8 após 2020, evidenciando um aumento recente de publicações, fundamental à investigação científica. A diversidade de autores e revistas soma à discussão ao permitir o envolvimento de diversos pesquisadores e estudiosos, além de atingir uma quantidade maior e mais diversa de público, na interface entre diversas áreas, como a Educação, a Psicologia, o Ensino e a História; por outro lado, sugere a ausência de grupos



ou periódicos envolvidos com a pesquisa e publicação de maneira específica da área avaliada.

Com relação ao exame das características metodológicas, a partir do Quadro 2, notou-se a prevalência de estudos de natureza qualitativa, o que vai de encontro a importância da ferramenta ao campo da Educação (Ribeiro, 2000), principalmente ao permitir uma análise interpretativa em função de uma compreensão contextualizada dos indivíduos, voltada ao processo e não ao resultado em si (Zanette, 2017). É válido comentar, entretanto, que a existência de apenas um artigo que tenha adotado também a coleta quantitativa, sendo o mais antigo da revisão (Martins *et al.*, 2005), evidencia uma lacuna na literatura, principalmente ao se considerar a importância de diferentes óticas que contribuem para a discussão frente à crescente utilização de dados quantitativos relacionados a políticas educacionais (Pereira; Ortigão, 2016).

Destacam-se outras limitações: grande parte dos trabalhos se deu no contexto da medida socioeducativa de internação, havendo apenas uma análise da semiliberdade (Moreira *et al.*, 2015) e uma da liberdade assistida (Martins *et al.*, 2005), o que sinaliza a necessidade de ampliação do campo no estudo de professores que atuam na escola regular e que possuem alunos em cumprimento de medidas socioeducativas. Outro ponto é a concentração de pesquisas desenvolvidas no estado de São Paulo, que apesar de convergir com dados que apontam enquanto o local que detém cerca de 70% dos gastos com pesquisa no Brasil (Schneegans; Lewis; Straza, 2021), carece de descentralização e equalização nas demais regiões, considerando, por exemplo, a inexistência de artigos encontrados que analisassem especificamente estados da região Sul do país.

Ao buscar classificar os artigos em blocos temáticos, é possível inferir que grande parte está concentrada em destacar desafios que o professor no contexto socioeducativo enfrenta. Considerando que os trabalhos relacionados à formação revelam sobretudo despreparo e desconhecimento, conclui-se que esse conjunto é, de certa forma, parte daqueles expressos no bloco



sobre os desafios enfrentados. Sob outra perspectiva, apesar dos trabalhos que apresentam estratégias e recursos relevantes estarem em desvantagem numérica, contando com apenas quatro registros (Defelippe, 2022; Hashizume; Pedrosa, 2023; Lago; Souza; Santos, 2023; Maluche; Barros, 2024), esses estão entre as cinco publicações mais recentes. Acredita-se, por esta razão, que a literatura parece estar em movimento de se aproximar de uma discussão que contemple formas de aprimorar a atuação docente.

Considerando os avanços legais (Brasil, 1990, 2006, 2012, 2016) e o Relatório Anual do SINASE (Brasil, 2023), cabe traçar um comparativo entre alguns dos princípios preconizados nos documentos, os dados oficiais e os resultados encontrados na literatura, conforme apresentado no Quadro 3. Considera-se válida essa organização na compreensão de, por um lado, estratégias que convergem com o plano legal e, por outro, desafios que permanecem historicamente e que portanto distanciam-se do idealizado. Por mais que a revisão inclua trabalhos realizados há 20 anos e a principal referência legal sejam as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, publicada apenas em 2016, vale comentar que o documento apenas cristaliza o debate há muito iniciado oficialmente (Brasil, 1990, 2006, 2012).



Quadro 3: Comparação entre diretrizes legais, dados oficiais e resultados da revisão

Plano Legal (Brasil, 1990; 2012; 2016)	Relatório Anual do SI- NASE (Brasil, 2023)	Literatura científica so- bre a atuação docente
Obrigatoriedade de atividades pedagógicas	Mais de 10% de adolescentes sem frequentar a escola em meio fechado	Dificuldade de frequência dos estudantes em meio aberto 4
Não discriminação e respeito à individualidade	Predominância de um grupo social específico (homens, negros e de baixa renda)	Preconceito e expectativas negativas dos professores sobre os estudantes 1,4
Prevalência da dimensão educativa da medida, sendo proibido o castigo físico	Permanência de maus tratos e tortura	Inferiorização da prática escolar em detrimento das ações de segurança 7
Escolarização como estratégia de reinserção social	Maioria dos adolescentes frequentando a escola dentro da unidade de internação, algo apontado como contrário ao princípio de inserção social	Importância da compreensão de papéis sociais e afastamento do estigma de infrator 13 Importância da alfabetização na construção e elaboração de projetos de vida 16 Papel central do professor 13, 16 Discurso de (re)posicionamento social e socioeducação e viés de educação social emancipatória 17
Implementação de políticas e ações para qualificação da escolarização	Superação do problema histórico da superlotação e possibilidade de investimento na qualidade do atendimento	Avanços legais, mas falta de materialização em programas e ações 6,12

(Continua)



(Continuação)

Desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e específicas	Pouca evolução educacional dos adolescentes	Elaboração de um currículo específico 15 Aprendizagem profissional advinda também da prática 3,8,14 Dificuldades em virtude de classes multisseriadas, defasagem escolar, materiais restritos, rotatividade de alunos 11
Interlocução entre a escola e o atendimento socioeducativo	-	Próprios docentes enquanto alvo de preconceito por pares 2
Garantia de condições adequadas de trabalho aos profissionais	Condições precárias de trabalho	Posição complexa ocupada pelo professor 5 Necessidade constante de reorganização 7 Sentimentos de culpa, fracasso, trabalho fragmentado e ausência de perspectivas 2
Cursos de formação inicial e continuada dos professores devem contemplar conteúdos específicos	-	Limitações nos cursos de formação, profissionais despreparados e sem conhecimentos específicos 1,2,3,6,9,10,12

Fonte: Elaborado pelos autores. A numeração corresponde às referências e dados apresentados nos Quadros 1 e 2.

A comparação expressa no Quadro 3 elucida muitas problemáticas entre o legalmente planejado e o observado na prática, isto é, as expectativas de como deveria ser e como de fato é. Isso se manifesta negativamente na atuação docente de diversas formas, como na satisfação com o trabalho realizado e na qualidade do serviço ofertado, o que, por consequência, afeta na educação dos adolescentes e na inferiorização da noção pedagógica da medida socioeducativa.



Dentre as variáveis legais que mais se distanciam dos objetivos preconizados, destacam-se a implementação de políticas e ações específicas à qualificação da escolarização, a falta de condições adequadas de trabalho e os cursos de formação inicial e continuada que não contemplam conhecimentos específicos necessários à docência na socioeducação. Outros desafios que se opõem aos documentos também foram encontrados concernentes a: obrigatoriedade da atividade pedagógica, não discriminação e respeito, prevalência da dimensão educativa e a interlocução entre a escola e os agentes do sistema socioeducativo.

A constatação de uma literatura que aponta práticas institucionais distantes do que se espera legalmente não é surpreendente. A prevalência de um clima escolar desfavorável e temeroso é o quadro geral de inamistividade que caracteriza a socioeducação (Cunha; Dazzani, 2016). Essencialmente, esse dilema se expressa na própria natureza da medida socioeducativa: uma prática que busca ser pedagógica, mas em primeira instância é punitiva.

Essa contradição é ampliada ao se considerar o contexto de privação ou restrição de liberdade, maioria na revisão. Em uma instituição total, os mecanismos repressivos, como a própria arquitetura, as rotinas e a vigilância, controlam não só a liberdade em si, mas uma regulação total dos corpos (Foucault, 1987), resultando em uma adaptação forçada dos sujeitos que mortifica as individualidades (Goffman, 1974). Ao se pensar em educação, há uma oposição entre um princípio fundamental transformador e uma cultura prisional: “isola-se para (re)socializar, pune-se para reeducar” (Onofre, 2015, p. 241)

Por outro lado, as prerrogativas do campo legal que, a partir dos resultados da revisão, parecem estar mais próximas de serem contempladas são: a ideia da escolarização enquanto mecanismo de (re)inserção social, observado nos trabalhos desenvolvidos que sublinham o papel central do professor enquanto agente de transformação, como por exemplo ao discutir papéis sociais e afastar os adolescentes do estigma de infrator (Defelippe, 2022) ou ao trabalhar a



alfabetização e sua importância na elaboração de projetos de vida (Hashizume; Pedrosa, 2023), além da adoção de um discurso que enxergue o potencial da socioeducação enquanto educação social emancipatória (Maluche; Barros, 2024); e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e específicas, como a partir da elaboração de um currículo adaptado ao contexto (Lago; Souza; Santos, 2023).

O desenvolvimento de uma literatura recente que caminha no sentido de avaliar e implementar estratégias e recursos para o docente que se vê diante do problemático sistema socioeducativo sinaliza que, apesar de um contexto que delimita uma pedagogia fundamentada principalmente na contradição (Gadotti, 2014), uma educação é possível. Para tanto, é necessário trabalhar por uma educação *na* socioeducação, isto é, que transcenda o espaço socioeducativo, e não *da* socioeducação, que apenas adapte os sujeitos (Maeyer, 2013; Onofre, 2015).

Assim, se uma educação é possível, a atuação docente deve ser voltada a propiciar ao adolescente uma possibilidade de socializar um caminho mais digno e humano para a vida (Costa, 1991), uma libertação interior, muito mais que institucional, daqueles tantas vezes marginalizados e aprisionados, que permita construir e resgatar identidades e cidadanias perdidas (Onofre, 2007). A liberdade, muito mais que uma condição de não-restrição, é um produto do processo educativo, laborioso e difícil, mas que envolve confiar: na educação, no educador, no educando (Costa, 1991).

Para tanto, como já pressupõem os documentos oficiais, o paradigma de proteção integral e a medida socioeducativa eminentemente pedagógica só serão possíveis ao se pensar práticas educativas que desloquem o foco do ato infracional e o posicionem em direção ao potencial de desenvolvimento humano e à construção de uma sociedade mais justa.



Considerações finais

Considerando os avanços legais nos cuidados à criança e ao adolescente, a persistência de problemáticas no sistema de medidas socioeducativas, e o crescimento da produção científica, o presente artigo procurou investigar e analisar a atuação docente no contexto socioeducativo a partir de revisão integrativa de literatura. Foram incluídos 17 estudos, classificados em três temáticas principais sobre a atuação docente na socioeducação: formação e preparação, desafios enfrentados e estratégias e recursos relevantes.

Os resultados encontrados revelam que inúmeras problemáticas permanecem na atuação de professores na socioeducação, em especial aquelas relacionadas ao desenvolvimento de políticas específicas, às condições adequadas de trabalho e à formação inicial e continuada. Por outro lado, constatou-se trabalhos que se aproximam do princípio preconizado legalmente da educação enquanto mecanismo de (re)inserção social e no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e específicas ao contexto socioeducativo.

Com relação às limitações, a adoção do método de revisão de literatura permite compreender apenas parcialmente os trabalhos incluídos e, por conseguinte, o fenômeno investigado; além de que a opção pelo método integrativo não incluiu o acordo inter-juízes, o que pode resultar em variações dos resultados em virtude de avaliações subjetivas; também não foram considerados estudos realizados fora do Brasil, principalmente em virtude da legislação e questões próprias ao território nacional, e não foram incluídos trabalhos provenientes de livros, teses, dissertações, anais de eventos e demais meios de divulgação científica.

Em função da lacuna de revisões de literatura nesse contexto, acredita-se que o estudo apresente valiosas contribuições ao mapear, sistematizar e analisar os principais desafios enfrentados e as estratégias desenvolvidas por docentes na socioeducação. Ao dialogar Educação e Políticas Públicas, defende-se a possibilidade de futuros estudos que se orientem pela efetivação



das diretrizes pressupostas legalmente para a concretização de um melhor sistema socioeducativo.

Para tanto, recomenda-se a realização de trabalhos que investiguem a atuação docente a partir da combinação de diferentes delineamentos metodológicos, quanti e qualitativos, de modo a incluir variáveis sociais, históricas, culturais, educacionais, individuais e psicológicas; e principalmente a realização de estudos, pesquisas e intervenções que busquem a superação das dificuldades listadas por meio de uma atuação que faça sentido ao docentes, adolescentes, e demais envolvidos nos sistema socioeducativo. Para tanto, convida-se ao diálogo e à ação profissionais, pesquisadores e estudantes na luta pela construção de um sistema socioeducativo eficaz, eminentemente pedagógico, e idealmente de uma sociedade mais justa e igualitária que permita a própria extinção de um sistema majoritariamente punitivo.

Referências

ALBERTO, Maria de Fatima Pereira; PESSOA, Manuella Castelo Branco; COSTA, Cibele Soares da Silva; SILVA, Erlayne Beatriz Félix de Lima; AMORIM, Tâmara Ramalho de Sousa. Construção de projeto de vida de jovens: desafios para atuação profissional no contexto da socioeducação. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 1-23, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e15640>. Acesso em: 10 out. 2025.

ARRUDA, Jalusa Silva de; FIGUEIREDO, Otto Vinicius Agra. Breves considerações sobre medida socioeducativa e formação de professores. **Rev. ComCiência**, Salvador, v. 3, n.3, p. 68-76, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/comciencia/article/view/17295>. Acesso em: 10 out. 2025.

BISINOTO, Cynthia. Formação docente e socioeducação: uma relação invisibilizada. **Em Aberto**, Brasília, v. 35, n. 115, p. 125-142, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.35i115.5363>. Acesso em: 10 out. 2025.



BONATTO, Vanessa Petermann; FONSECA, Débora Cristina. Socioeducação: entre a sanção e a proteção. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, p. 1-17, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698228986>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Reentradas e reinterações infracionais**: um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/Panorama-das-Reentradas-no-Sistema-Socioeducativo.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 3, de 12 de Maio de 2016**. Define diretrizes nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Brasília: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 out. 2025.



BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **SINASE levantamento anual**. Brasília: MDHC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoSINASE2023.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 119, de 11 de Dezembro de 2006**. Resolução que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/2703> Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Portaria nº 4, de 9 de Janeiro de 2014**. Institui a Escola Nacional de Socioeducação, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e estabelece diretrizes para o seu funcionamento. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, ano 152, n. 7, p. 1, 12 jan. 2015. Disponível em: <http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/destaques/Portaria%20de%20Instituic%CC%A7a%CC%83o%20da%20ENS.pdf>. Acesso em 10 out. 2025.

BROOME, Marlon E. Integrative literature reviews for the development of concepts. In: RODGERS, Beth. L.; KNAFL, Kathleen. A. (org.). **Concept Development in Nursing**. 2nd ed. [S. l.]: W.B. Saunders Company, 2000. p. 231-250.

CELLA, Silvana Machado; CAMARGO, Dulce Maria Pompêo de. Trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 281-299, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100014>. Acesso em: 10 out. 2025.

CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti da. Histórias de vidas de professores/as e o fazer docente na socioeducação. **Revista Prática Docente**, Confresa, v. 5, n. 2, p. 1395-1409, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.23926/RPD.2526-2149.2020.v5.n2.p1395-1409.id790>. Acesso em: 10 out. 2025.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Por uma pedagogia da presença**. Brasília: Governo do Brasil, 1991.



CUNHA, Eliseu de Oliveira; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. A escola e o adolescente em conflito com a lei: desvelando as tramas de uma difícil relação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 1, p. 235-259, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698144008>. Acesso em: 10 out. 2025.

CUNHA, Gleicimar Gonçalves; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; BRANCO, Ângela Uchoa. Universo afetivo-semiótico de adolescentes em medida socioeducativa de internação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046220197>. Acesso em 10 out. 2025.

DEFELIPPE, Elisa. Uma educadora e seus (sócio)educandos: autobiografias e múltiplas identidades no ensino de história. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 7, n. 21, p. 389-409, 2022. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2022.v7.n21.p389-409>. Acesso em: 10 out. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FURTADO, Angelica de Oliveira; PAIXÃO, Eliana do Socorro de Brito. A educação escolar como um direito e as medidas socioeducativas de internação: o sujeito de direitos entre dilemas no ambiente escolar. **Dialogia**, São Paulo, v. 35, p. 163-181, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/dialogia.n35.16932>. Acesso em: 10 out. 2025.

GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação de jovens e adultos**. São Paulo: Moderna, Fundação Santillana, 2014.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

HASHIZUME, Cristina Miyuki; PEDROSA, Andrea Guerra. Professores e formação de jovens em cumprimento de medida socioeducativa: alfabetização, projeto de vida e protagonismo jovem. **Cadernos de Pós-graduação**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 90-102, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/cpg.v22n1.23023>. Acesso em: 10 out. 2025.



KOMATSU, André Vilela; BONO, Elvio Luciano; BAZON, Marina Rezende. Padrões de uso de drogas e problemas associados em adolescentes judicializados. **Psico USF**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 229-240, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712021260203>. Acesso em: 10 out. 2025.

LAGO, Cristiani Castro do; SOUZA, Eliane Silva; SANTOS, Renata Rose Costa dos. Percurso educativo: inovação curricular na EJA desenvolvida na socioeducação. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, [s. l.], v. 16, n. 8, p. 11586-11601, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.8-149>. Acesso em: 10 out. 2025.

MAEYER, Marc De. A educação na prisão não é uma mera atividade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.38, n.1, p. 33-49, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/dh4zJZ6tdWTRQmMRGDY3SvF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

MALUCHE, Marta Luzia Gresechen Paiter; BARROS, Solange Maria. Aprendizagem docente em reuniões de estudo de uma comunidade escolar socioeducativa. **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. 4, p. 1-25, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n4-017>. Acesso em: 10 out. 2025.

MARTINS, Jeyse; CATOZZI, Caroline; SAYEGH, Flávia; BARIANI, Isabel Cristina Dib. O professor e o aluno em liberdade assistida: um estudo exploratório. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 117-125, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 out. 2025.

MORAIS, Juscislayne Bianca Tavares de; FERREIRA, Maria D'alva Macedo. Os desafios na escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 23, n. 2, p. 621-639, 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13077>. Acesso em: 10 out. 2025.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; MELGAÇO, Paula; ALBUQUERQUE, Bruna Simões de; ROCHA, Bianca Ferreira; RIBEIRO, Ana Carolina Ferreira. A escola e a semiliberdade: a importância do diálogo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 50-65, 2015. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682015000100005. Acesso em: 09 fev. 2026.



NUNES, Mirian Abreu Alencar; MOURA, Maria da Glória Carvalho. Pesquisa-formação: díade que permeia o exercício da docência em contexto socioeducativo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 100, n. 254, p. 211-229, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i254.4037>. Acesso em: 10 out. 2025.

OLIC, Mauricio Bacic. Arrastão ou lagarteadado? Dinâmicas em torno da prática docente na Fundação CASA. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 357-377, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022016133882>. Acesso em: 10 out. 2025.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. (org.). **A educação escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 239-255, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015723761>. Acesso em: 23 jan. 2026.

PADOVANI, Andréa Sandoval; RISTUM, Marilena. A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 969-984, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000012>. Acesso em: 10 out. 2025.

PAGE, Matthew J. et al. **The PRISMA 2020 statement**: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, Lisboa, v. 372, n. 71, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>. Acesso em: 10 out. 2025.

PEREIRA, Adriana Matos Rodrigues; SILVA, Christina Pereira da; CALIMAN, Geraldo. Prática docente na socioeducação: análise das competências sob a ótica docente. **Rev. Educ., Brasília**, v. 160, p. 83-109, 2019. Disponível em: <https://pedagogiasocial.net/wp-content/uploads/2020/08/pereira-silva-caliman-2019-pratica-docente-na-socioeducacao.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

PEREIRA, Guilherme; ORTIGÃO, Maria Isabel Ramalho. Pesquisa quantitativa em educação: algumas considerações. **Periferia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 66-79, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5521/552157170005/552157170005.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.



RIBEIRO, Allan Alves da Mata; MIRANDA, Humberto da Silva. Para além das grades: o que precisa saber um professor de história na socioeducação? **Vozes, Pretérito & Devir**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 264-284, 2023. Disponível em: <http://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/view/481/423>. Acesso em: 10 out. 2025.

RIBEIRO, Ormezinda Maria. Por que investir em pesquisa qualitativa? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 197, p. 109-115, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.81i197.961>. Acesso em: 10 out. 2025.

ROBERT, Cassiano; STEFANELLO, Sabrina; SILVA, Milene Zanoni da; DITTERICH, Rafael Gomes; SANTOS, Deivisson Vianna Dantas dos. “A gente fica institucionalizado também!”: cotidiano, saúde mental e processos de trabalho na percepção das equipes de unidades socioeducativas. **Interface**, Botucatu, v. 26, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.210290>. Acesso em: 10 out. 2025.

ROCHA, Wollace Scantbelruy da; SILVA, Iolete Ribeiro da; COSTA, Claudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da. A percepção dos educadores sobre sua formação acadêmica e preparação profissional para o trabalho com adolescentes em Conflito com a lei. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 5, n. 2, 2010. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5_n2/Rocha_et_al.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

RODRIGUES, Aline Santos Pereira; SACHINSKI, Gabriele Polato; MARTINS, Pura Lúcia Oliver Contribuições da revisão integrativa para a pesquisa qualitativa em Educação. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 28, e40627, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc28202240627>. Acesso em: 10 out. 2025.

SCHENEEGANS, Susan; LEWIS, Jake; STRAZA, Tiffany. (ed.). **Relatório de Ciências da UNESCO: a corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente** – Resumo executivo. Paris: UNESCO Publishing, 2021.



SEABRA, Raíssa Costa Faria de Farias; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. Adolescentes em atendimento socioeducativo e escolarização: desafios apontados por orientadores educacionais. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 639-647, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111144>. Acesso em: 09 fev. 2026.

SILVA, Juraci Brito da; UZIEL, Anna Paula; HERNÁNDEZ, Jimena de Garay. O acontecimento-covid e as dobras cuidado e segurança: desafios para a socioeducação. **Dilemas** - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v16.53974>. Acesso em: 10 out. 2025.

SOUZA, Carolina Maciel; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Desafios de uma professora de educação física na medida socioeducativa de internação. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 2, p. 166-181, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/rea.v27i2.12620>. Acesso em: 10 out. 2025.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Integrative review: what is it? How to do it?. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Acesso em: 10 out. 2025.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>. Acesso em: 10 out. 2025.

ZANETTE, Marcos Suel. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 65, p. 149-166, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.47454>. Acesso em: 10 out. 2025.



Como citar

SCALVI, Gustavo Fernandes; DOMENICONI, Camila. Atuação docente no contexto socioeducativo: revisão integrativa da literatura brasileira. **Educação em Análise**, Londrina, v. 11, p. 1-33, 2026. . DOI: <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2026.v11.54213>.

Submetido em: 19 de novembro de 2025

Aceito em: 29 de janeiro de 2026

Publicado em: 02 de março de 2026

CRediT

Reconhecimentos:	Não se aplica
Financiamento:	Scalvi, G. F. declara ter financiamento pela CAPES, por meio de bolsa de doutorado.
Conflito de interesses:	Os autores certificam que não tem interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética:	Não se aplica
Contribuição dos autores:	Scalvi, G. F. Declara ter realizado conceitualização, investigação, metodologia, visualização, redação - preparação do rascunho original. Domeniconi, C. declara ter realizado supervisão, validação, redação, revisão e edição.

Equipe Editorial

Editora de Seção:	Leticia Bassetto Secorum
Membro da Equipe de Produção:	Ronald Rosa
Assistente de Editoração:	Gislaine Franco de Moura
Layout e Diagramação:	Carolina Motter Pizoni - Escritório de Apoio ao Editor Científico

